

# UMA UTOPIA POSSÍVEL OU A BUSCA DO CONSENSO? - ANÁLISE DO LIVRO “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE<sup>1</sup>” DE AMARTYA SEN

*Jefferson Marçal da Rocha<sup>2</sup>*

## Resumo

Neste texto se procurou fazer uma análise crítica do Livro de Amartya Sen- Desenvolvimento como liberdade- escrito após o autor ter recebido o Prêmio Nobel de economia, e por isso mesmo já “nascendo clássico”. Nesta obra o autor traz uma nova proposta de desenvolvimento para o mundo capitalista, que para ele deverá estar atrelado intimamente às liberdades individuais. Porém, pela nossa ótica, sentimos muito mais a intenção de se fazer uma proposta normativa consensual baseada nos preceitos do livre mercado do atual sistema capitalista do que propor uma nova forma de relação social, que “inclua” o enorme contingente de pessoas marginalizadas pelo atual sistema. Sistema que Sen em nenhum momento do texto contesta.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Liberdade, Consenso.

## Abstract

In this text tried to do a critical analysis of Amartya Sen Book - Development as freedom - writing after the author to have received the economy Premium Nobel, and for that reason already “being born classic”. In this work the author brings a new proposal in the form to propose development for the capitalist world that for him should be harnessed intimately to the individual freedoms. However, for our optics, we felt the intention much more of doing a consensual normative proposal based on the precepts of the free market of the current capitalist system of what to propose a new form of social relationship, that “includes” the enormous contingent of people marginalized by the current system. System that Sen in any moment of the text contest.

Keywords: Development, Freedom, Consent.

---

<sup>1</sup> *Desenvolvimento como liberdade*, editado no Brasil em Janeiro de 2000 pela Companhia das Letras, está sendo considerado como o mais novo clássico da Teoria do Desenvolvimento.

<sup>2</sup> Economista, professor universitário, Mestre em Desenvolvimento Regional e Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Em *Desenvolvimento como liberdade* Amartya Sen, Prêmio Nobel de economia de 1998, considerado o mais novo (talvez o único) economista dos pobres traz uma proposta cativante mesmo para o mais crítico dos leitores: *desenvolver e ser livre*. Sem dúvida, esses dois objetivos foram os mais sonhados e perseguidos deste século em todas as nações civilizadas do ocidente. Na busca destes ideais se fizeram muitas guerras e houve muitas mortes. Palavras que aparecem com frequência em discursos de políticos demagogos de países pobres e em teses de cientistas renomados de nações ricas. Não há dúvida que desenvolvimento e liberdade são objetivos que cativam a todos em qualquer cultura ou região civilizada.

Partindo da teoria de Adam Smith, confessada por ele próprio já no prefácio: "...este livro serve-se intensamente das análises smithianas" (Sen, 2000, p.15), Sen procura demonstrar que o desenvolvimento pode vir a ser um processo intimamente atrelado à expansão e garantia de liberdade para todos os indivíduos. Para ele o desenvolvimento só terá sentido se significar melhores condições para a expansão das liberdades individuais. É com o desenvolvimento, segundo ele "...que se renovam as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos" (Sen, 2000, p. 18)

A constatação de que índices de "crescimento", como aumento do PNB, por exemplo, nem sempre significam melhorias das condições de vida para indivíduos é uma de suas primeiras premissas. Para Sen, o desenvolvimento além de proporcionar aumentos na produção e renda terá também que remover os principais obstáculos à privação de liberdade, principalmente: a fome, o acesso à saúde, ao trabalho, ao saneamento básico, a oportunidade de vestir-se e morar em local adequado.

Uma das piores privações para Sen, e talvez a mais polêmica, é a restrição dos indivíduos a um livre mercado. A possibilidade dos indivíduos de buscarem seus próprios meios de subsistência no mercado é considerada por ele como essencial para garantir a autonomia e conseqüentemente a liberdade dos cidadãos. Qualquer política que venha, de alguma forma, restringir e/ou reprimir o livre acesso às mercadorias em "mercado livre" são desprezadas na análise seniana.

Restrições arbitrárias aos mecanismos de mercado podem levar a uma redução de liberdade devido aos efeitos e conseqüências da ausência de mercados. Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as conseqüências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações. (Sen, 2000, p. 41)

A incapacidade de proporcionar aos indivíduos condições para que eles próprios busquem no mercado produtos que satisfaçam suas necessidades é, para Sen, a mais perversa privação de liberdade que existe nos países ocidentais. Porém, não se deve negar que esta privação está intimamente relacionada com a ineficiência dos mecanismos

econômicos de proporcionar trabalho digno a todos os indivíduos.

A escravidão ou o trabalho "adscritício"<sup>3</sup> é também para Sen condenável sob qualquer pretexto, nisto apóia-se na análise que Marx fez sobre a Guerra civil americana: "Até mesmo o grande crítico do capitalismo, Karl Marx, viu a emergência da liberdade de emprego como um progresso importantíssimo." (Sen, 2000, p. 137)

Liberdade de escolher onde, como, quando e para quem trabalhar faz parte do "reccitório" de Amartya Sen para garantir a condição de cidadão livre. A escravidão e as regulamentações que negam a liberdade do mercado de trabalho são privações que condenam o processo de desenvolvimento de qualquer Nação. Como exemplo, é válido salientar que as rendas pecuniárias dos escravos, após a Guerra Civil americana aumentaram substancialmente, mesmo assim, após conquistarem a liberdade, a maioria deles negou-se a voltar a trabalhar para seus antigos proprietários. Com isso percebe-se que a escravidão é uma privação que vai muito além da simples falta de salário.

A pobreza para Amartya Sen não é simplesmente a falta ou poucos rendimentos dos indivíduos, mas sim a privação de suas potencialidades. E estas privações dependem de vários outros fatores como: idade, papéis sociais, localização da moradia, condições epidemiológicas, etc. Portanto, nem sempre indivíduos que habitam países ricos, que possuem rendimentos maiores que habitantes de países pobres, possuem mais liberdade, já que "Ser relativamente pobre em um país rico pode ser uma grande desvantagem em capacidade, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é mais elevada pelos padrões mundiais." (Sen, 2000, p. 111)

Portanto, em países ou regiões onde as necessidades sociais são mais "opulentas" é necessário rendimentos maiores para exercer a condição de "cidadão livre".

Um dos mais importantes capítulos do seu livro é o que trata de "fomes coletivas e outras crises". Sen considera a fome coletiva como uma das mais revoltosas e cruciais formas de perda de liberdade. Salienta que grande parte das "epidemias" de fomes coletivas sofridas no mundo civilizado não se deu por escassez de alimentos, mas sim por circunstâncias aliada a má distribuição de renda e/ou políticas desvinculadas de estratégias que visassem o bem comum.

A fome relaciona-se não só à produção de alimentos e à expansão agrícola, mas também ao funcionamento de toda a economia e - até mesmo mais amplamente - com a ação das disposições políticas e sociais que podem influenciar, direta ou indiretamente, o potencial das pessoas para adquirir alimentos e obter saúde e nutrição. (Sen, 2000, p. 190)

<sup>3</sup> Trabalho adscritício significa existência de algum tipo de coação para que o indivíduo venda sua força de trabalho a um determinado empregador. (Sen, 2000, p. 21)

Passar fome, para Sen, é estar desprovido do “intitulado”, em outras palavras, não ter recursos financeiros (dinheiro) para ir ao mercado. Isto vale tanto para indivíduos como para países inteiros, que sofrem quando suas economias passam por dificuldades com a balança de pagamentos, e não podem importar alimentos, roupas, medicamentos, etc. Há que considerar aqui que aspectos mais complexos de mercado influenciam a oferta de alimentos. Para se compreender a causa das fomes crônicas é preciso analisar todo o mecanismo econômico e não apenas a produção e a oferta de alimentos, ou em outras palavras, é preciso entender *o que motiva* o sistema de mercado a oferecer este ou aquele produto para esta ou aquela região em épocas distintas.

Uma das conclusões mais aplaudidas da análise Seniana é a que trata da democracia. Para ele a democracia torna-se o principal instrumento que os “agentes” das regiões possuem para evitar fomes e desastres coletivos, refletidas nas suas próprias palavras: “... certamente é verdade que nunca houve uma fome coletiva em uma democracia multipartidária efetiva” (Sen, 2000, p. 208). Exercer o ato de votar, criticar e protestar é acima de tudo estar provido da condição de tomar decisão em prol do bem de todos, o que em última análise evita decisões de governos ditatoriais que estão mais comprometidos em cumprir metas orçamentárias do que com as necessidades reais da grande maioria dos indivíduos.

Um outro aspecto a destacar na obra de Sen é a importância das decisões individuais e autonomia de cada um. Porém, segundo ele, não se deve confundir autonomia com “descomprometimento” social. Todos deverão ter responsabilidades com as injustiças e misérias da humanidade. Não se pode furtar da tarefa de agir em prol dos indivíduos que tiveram menos sorte que nós. Independente de apelos teológicos e/ou políticos, temos como seres humanos competentes e “racionalistas” que usar nossa autonomia individual em busca de melhores condições de vida para todos.

Também não se pode confundir a falta de oportunidades que muitas crianças passam em várias partes do mundo, que irão comprometer seu futuro como cidadão, com a justificativa, pouco convincente, de que cada um é responsável por seu próprio destino. Pois esta é a mesma alegação de muitos políticos liberais para tentar justificar a falta de políticas públicas em prol dos desfavorecidos.

Vale destacar que para Sen há uma diferença entre o “Estado babá”, que vira assistencialista em demasia, e o comprometimento social com a liberdade individual que todos, não só o Estado, devem ter com cada indivíduo.

Uma das análises mais importantes e, talvez a mais cativante, na obra de Sen, é a relevância que ele dá ao papel de “agente”. Para ele, é a partir deste agente social que virá a transformação da sociedade. É a este cidadão adulto, responsável pelo seu próprio bem estar e das pessoas que o cercam, que caberá as decisões das estratégias de desenvolvimento para o lugar onde ele vive. Mas alerta, para que isso aconteça, é preciso que o Estado proporcione não só discursos, mas ações efetivas: incentivos à mobilização e participação

destes agentes na tomada de decisões. É preciso encontrar mecanismos motivadores para que os indivíduos se sintam comprometidos com a comunidade à sua volta. Nas suas próprias palavras: “Entre as liberdades relevantes inclui-se a liberdade de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem vestido e bem entretido” (Sen, 2000, p. 326)

Nisto talvez esteja a principal inovação de Sen, especialmente por ter vindo de um economista, pois a participação ativa dos indivíduos é hoje a mais importante “arma” contra políticas oriundas de programas governamentais mais comprometidos com o controle do déficit, pagamento de juros a bancos Internacionais, superávit da balança de pagamentos, etc. do que em proporcionar o desenvolvimento social e liberdade para os indivíduos. Exercer a democracia participativa não só evitará que nações e/ou regiões passem por situações caóticas, como a fome e epidemias coletivas, mas também garantirá um futuro consolidado pela participação e anseios da sociedade.

A participação efetiva de cada cidadão fará com que os governos sintam-se pressionados o tempo todo pelos movimentos oriundos dos anseios populares. E assim terão que assumir compromissos de acordo com as reivindicações da maioria, e não apenas de classes privilegiadas e/ou comprometidas com sua candidatura. Portanto votar, criticar, participar, protestar, etc., é o diferencial para garantir o direito de liberdade aliado a processos de desenvolvimento.

Nisto Sen salienta a importância da oposição como geradora de “conflitos”, que deverão servir como reflexão e muitas vezes como motivadores de mudanças estratégicas nas políticas públicas. A unanimidade consensual é um dos sinais mais visíveis de situações ditatoriais, mesmo em Nações com eleições diretas. A democracia se dá pela abertura e diálogo entre agentes sociais. Estes deverão ter condições de participação efetiva, dentro de um processo democrático de decisões.

Sen mostra neste trabalho uma das mais atentas e coerentes análises em relação aos problemas sociais vividos pelo mundo ocidental, percebe também a enorme barreira política que o processo de distribuição de alimentos e riquezas terá que transpor para amenizar a miséria vivida, por grande parte da civilização, em todos os continentes do planeta.

Porém, nesta reflexão de *Desenvolvimento como liberdade* não conseguimos identificar estratégias de como chegar tanto ao desenvolvimento como à liberdade diante de tamanhas desigualdades que há entre a maioria dos povos civilizados. Como encontrar caminhos que levem ao desenvolvimento e à liberdade em sociedades em que o prazer de consumir está enraizada no egoísmo humano? E fazer com que indivíduos que possuem riqueza exorbitante abram mão, pelo menos de uma parte, de sua atual condição de consumistas “opulentos”? Como fazer com que políticos tanto de países desenvolvidos como de países pobres se comprometam não só com camadas da sociedade que financiam



suas campanhas eleitorais, mas especialmente com os indivíduos desfavorecidos de oportunidades? Como fazer com que nações pobres canalizem seus investimentos não só para pagamentos de juros a órgãos internacionais, mas para investimentos sociais, sem que isto cause rupturas no atual mecanismo econômico vigente?

Bem, talvez o "Mestre" Sen esteja reservando para os próximos trabalhos propostas mais efetivas para que se possa chegar tanto ao desenvolvimento como à liberdade sem que ninguém precise abrir mão daquilo que tem, especialmente os países ricos. Como condiz aos teóricos que buscam o consenso e procuram não entrar em conflito com as "forças" hegemônicas vigentes.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.